

Volvo Administradora de Consórcio Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício
Findos em 31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração da
Volvo Administradora de Consórcio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Volvo Administradora de Consórcio Ltda. (“Consórcio”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2022 e das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Volvo Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como a posição patrimonial e financeira das demonstrações dos recursos de consórcios consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e das variações nas disponibilidades de grupos consolidadas para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Consórcio, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Adoção da Resolução BCB nº 120/2021

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que apresenta as mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Consórcio em decorrência da adoção da Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021. A resolução, com adoção prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio e recepcionou o pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente. Diante disso, as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios, conforme disposto no artigo nº 23 da referida resolução, passam de maneira prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2022, a serem reconhecidas com base nas transferências dos serviços prestados aos clientes (reconhecimento até então que se dava pelo efetivo recebimento financeiro), e as despesas de comissão, as quais são classificadas como custos incrementais de acordo com o referido pronunciamento, passam a ser amortizadas pelo prazo de contrato (reconhecimento até então se dava pela efetiva confirmação da aquisição da cota). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Consórcio é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Consórcio continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Consórcio ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Consórcio são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Consórcio.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Consórcio. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Consórcio a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR



João Paulo Stellfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Disponibilidades		12	18	Provisões	8	8.114	6.472
Ativo financeiros		162.170	201.541	Fiscais, trabalhistas e cíveis		7.006	5.172
Títulos e valores mobiliários	3	162.170	177.849	Perda nos grupos		790	1.037
Valores pendentes de recebimento	6	-	23.692	Outras provisões		319	263
Outros valores e bens	4	57.308	-				
Outros créditos	5	10.838	1.389	Outras obrigações		90.320	71.559
Créditos tributários	12.a	5.401	7.348	Fiscais e previdenciárias		9.943	9.861
				Recursos a devolver a consorciados	6	4.460	19.398
Imobilizado de uso		-	3	Recursos pendentes	6	-	23.692
Outras imobilizações de uso		520	520	Pagamentos a efetuar	7	24.321	18.608
Depreciação acumulada		(520)	(517)	Taxa de Administração a apropriar	9	51.596	-
Intangível		557	186				
Ativo intangível		902	468	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		137.852	132.455
Amortização acumulada		(345)	(282)	Capital social		21.956	21.956
				Reserva legal		-	2.603
				Outros resultados abrangentes		(750)	-
				Lucros acumulados		116.646	107.896
TOTAL DO ATIVO		236.286	210.486	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		236.286	210.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Semestre findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>8.906</u>	<u>15.766</u>	<u>6.102</u>
Rendas de títulos e valores mobiliários		8.906	15.766	6.102
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		8.906	15.766	6.102
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>41.540</u>	<u>68.373</u>	<u>53.703</u>
Receitas de prestação de serviços (taxa de administração)		63.180	107.325	139.369
Outras receitas/despesas operacionais		(3.959)	(3.959)	(1.073)
Despesas financeiras		(3)	(104)	(388)
Despesas administrativas	13	(12.688)	(20.458)	(65.233)
Despesas com amortização e depreciação		(35)	(67)	(68)
Despesas tributárias		(7.903)	(16.007)	(20.113)
Outras despesas operacionais	14	<u>2.948</u>	<u>1.643</u>	<u>1.207</u>
Contingências cíveis e fiscais		2.625	1.834	(84)
Outras operacionais		132	56	57
Riscos Grupo de Consórcio		191	(247)	1.234
RESULTADO OPERACIONAL		<u>50.446</u>	<u>84.139</u>	<u>59.805</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>50.446</u>	<u>84.139</u>	<u>59.805</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	<u>(16.570)</u>	<u>(27.992)</u>	<u>(20.093)</u>
Provisão para imposto de renda		(9.870)	(18.919)	(15.395)
Provisão para contribuição social		(3.856)	(7.125)	(5.664)
IR/CS diferidos		(2.844)	(1.948)	966
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE E DO EXERCÍCIO		<u>33.876</u>	<u>56.148</u>	<u>39.711</u>
QUANTIDADE DE COTAS	11	<u>21.955.074</u>	<u>21.955.074</u>	<u>21.955.074</u>
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR COTA - EM REAIS		<u>1,54</u>	<u>2,56</u>	<u>1,81</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE E DO EXERCÍCIO	33.876	56.148	39.711
Ajuste a Valor Justo TVM	(750)	(750)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE E DO EXERCÍCIO	<u>33.126</u>	<u>56.898</u>	<u>39.711</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Ajuste a Valor Justo TVM</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>21.956</u>	<u>2.603</u>	<u>-</u>	<u>68.185</u>	<u>92.743</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	39.711	39.711
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>21.956</u>	<u>2.603</u>	<u>-</u>	<u>107.896</u>	<u>132.454</u>
Transferência Reserva Legal não Obrigatória para Lucros Acumulados		(2.603)		2.603	-
Ajuste a Valor Justo TVM			(750)		(750)
Lucro líquido do exercício	-			56.148	56.148
Distribuição de lucros				(50.000)	(50.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>21.956</u>	<u>-</u>	<u>(750)</u>	<u>116.646</u>	<u>137.852</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	<u>21.956</u>	<u>2.603</u>	<u>-</u>	<u>80.167</u>	<u>104.726</u>
Transferência Reserva Legal não Obrigatória para Lucros Acumulados		(2.603)		2.603	-
Ajuste a Valor Justo TVM			(750)		(750)
Lucro líquido do semestre	-			33.876	33.876
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>21.956</u>	<u>-</u>	<u>(750)</u>	<u>116.646</u>	<u>137.852</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Em milhares de reais - R\$)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	50.446	84.139	59.805
Ajustes ao lucro antes dos impostos	(2.913)	(1.576)	(1.139)
Depreciações e amortizações	35	67	68
Provisões para contingências e para perdas nos grupos de consórcio	(2.948)	(1.643)	(1.207)
LUCRO AJUSTADO	47.533	82.563	58.665
Varição nos ativos e passivos			
(Aumento) Redução em títulos disponíveis para venda	(35.556)	14.929	(38.681)
(Aumento) Redução em outros créditos	(26.535)	(41.118)	(2.445)
(Redução) Aumento em outras obrigações	24.705	17.839	(3.756)
Imposto de renda e contribuição pagos	(9.806)	(23.784)	(13.656)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>341</u>	<u>50.430</u>	<u>127</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação no intangível	(345)	(435)	(129)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(345)	(435)	(129)
Dividendos (pagos)	-	(50.000)	-
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	(50.000)	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4)	(6)	(2)
Início do período	16	18	20
Fim do período	12	12	18
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4)	(6)	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
	<u>1.079.873</u>	<u>943.558</u>		<u>1.079.873</u>	<u>943.558</u>
Disponibilidades	1.492	230	Outras obrigações	<u>1.079.873</u>	<u>943.558</u>
Aplicações financeiras	315.390	280.290	Obrigações diversas	<u>1.079.873</u>	<u>943.558</u>
			Obrigações com consorciados	714.816	605.221
DIREITOS JUNTO A CONSORCIADOS CONTEMPLADOS	<u>762.991</u>	<u>663.038</u>	Valores a repassar	27.332	21.749
Bens retomados ou devolvidos	744	783	Obrigações por contemplações a entregar	240.674	230.597
Normais	743.640	643.784	Recursos a devolver a consorciados	68.585	59.530
Em atraso	1.799	1.079	Recursos do grupo	28.465	26.461
Em cobrança judicial - grupos em andamento	16.808	17.392			
TOTAL DO ATIVO	<u>1.079.873</u>	<u>943.558</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>1.079.873</u>	<u>943.558</u>
COMPENSAÇÃO	<u>9.140.451</u>	<u>7.527.313</u>	COMPENSAÇÃO	<u>9.140.451</u>	<u>7.527.313</u>
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	65.185	54.954	Recursos mensais a receber de consorciados	65.185	54.954
Contribuições devidas ao grupo	4.570.348	3.773.005	Obrigações do grupo por contribuições	4.570.348	3.773.005
Consortiados - bens a contemplar	4.504.918	3.699.354	Bens ou serviços a contemplar - valor	4.504.918	3.699.354
	<u>10.220.324</u>	<u>8.470.871</u>		<u>10.220.324</u>	<u>8.470.871</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2021

Em milhares de reais

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
DISPONIBILIDADES INICIAIS	<u>277.510</u>	<u>280.520</u>	<u>246.178</u>
Depósitos bancários	306	230	638
Aplicações financeiras do grupo	48.086	49.694	37.265
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	229.118	230.596	208.275
RECURSOS COLETADOS	<u>663.252</u>	<u>1.233.603</u>	<u>1.097.761</u>
Contribuições para aquisição de bens	557.638	1.037.010	938.884
Taxa de administração	82.018	154.819	136.661
Contribuições ao fundo de reserva	2.818	5.284	4.780
Rendimentos de aplicações financeiras	15.184	26.333	9.022
Multas e juros moratórios	631	1.194	902
Prêmios de seguro	2.461	4.664	3.831
Custas judiciais	838	1.303	989
Outros	1.664	2.996	2.692
RECURSOS UTILIZADOS	<u>(623.880)</u>	<u>(1.197.241)</u>	<u>(1.063.419)</u>
Aquisição de bens	(515.197)	(988.907)	(895.884)
Taxa de administração	(82.708)	(155.639)	(137.097)
Multas e juros moratórios	(316)	(597)	(451)
Prêmios de seguro	(1.625)	(3.830)	(3.852)
Custas judiciais	(875)	(1.350)	(768)
Devolução a consorciados desligados	(3.295)	(5.286)	(4.942)
Outros	(19.864)	(41.632)	(20.425)
DISPONIBILIDADES FINAIS	<u>316.882</u>	<u>316.882</u>	<u>280.520</u>
Depósitos bancários	1.492	1.492	230
Aplicações financeiras do grupo	74.716	74.716	49.694
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	240.674	240.674	230.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
(Em milhares de reais - R\$)

Aos acionistas e clientes:

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, bem como o parecer do auditor independente.

Patrimônio líquido: O patrimônio líquido da Volvo Administradora de Consórcio Ltda., em 31 de dezembro de 2022, é de R\$137.852 (R\$132.455 em 31 de dezembro de 2021) e o resultado do exercício foi um lucro líquido de R\$56.148 (R\$39.711 em 31 de dezembro de 2021).

Agradecemos aos acionistas, clientes e funcionários pela colaboração e apoio demonstrado durante o exercício.

Curitiba, 31 de março de 2023.

A DIRETORIA

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Volvo Administradora de Consórcio Ltda. ("Consórcio"), controlada pelo Banco Volvo (Brasil) S.A., com sede em Curitiba - PR, iniciou suas atividades em 1994 e tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de caminhões, ônibus e equipamentos de construção da marca Volvo e está autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar sob a forma de Administradora de Consórcio. As suas atividades operacionais inserem-se no contexto dos negócios da Volvo do Brasil Veículos Ltda.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria do Consórcio em 31 de março de 2023.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Consórcio no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota nº 2.3.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, a Consórcio na elaboração das demonstrações financeiras, adotou somente os pronunciamentos aprovados pelo BACEN e vigentes no exercício de 2022, quando aplicável:

CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças da taxa de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 04 (R1) - Ativo intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 24 - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 - Ativo imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20;
- CPC 41 (R1) - Resultado por ação - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 46 (R1) - Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 47 – Receita de Contrato com cliente - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

2.1.1 Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01.01.2022

Resolução BCB n.º 66, de 26 de janeiro de 2021. A norma consolida os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento e sobre os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no registro contábil de aumento e de redução do capital social.

A Consórcio avaliou os impactos da adoção da norma e não identificou efeitos significativos.

Resolução BCB n.º 120, de 27 de julho de 2021. A norma dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conforme o artigo 23 da Resolução BCB 120/2021, o CPC 47 deve ser aplicado prospectivamente a partir da data de entrada em vigor da Resolução. Os impactos dessa Resolução estão descritos na nota 2.2 – h.

Resolução BCB n.º 156, de 19 de outubro de 2021. A norma dispõe sobre os critérios e os procedimentos contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na escrituração dos grupos de consórcio.

A Consórcio avaliou a norma e registrou nas adequadas contas de compensação os valores relativos aos grupos encerrados (Nota 6).

2.1.2 Normas a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução BCB n.º 178, de 19 de janeiro de 2022. A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

A Resolução BCB n.º 178/2022 entra em vigor em 01.01.2025. A Consórcio iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

Resolução BCB n.º 219, de 30 de março 2022. A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

A Resolução BCB n.º 219/2022 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para alguns itens normativos, cuja a vigência é a partir de 01.05.2022.

Os itens normativos vigentes a partir de 01.05.2022 contemplam os seguintes aspectos, aplicáveis às instituições sujeitas à norma:

- determinou que a mensuração de investimentos mantidos para venda ocorra pelo valor contábil deduzido de provisões para redução ao valor recuperável ou pelo valor justo deduzido das despesas para venda, dos dois o menor (art. 24);
- determinou a elaboração de plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nessa Resolução (art. 67), até 31.12.2022, devendo esse plano ser divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações contábeis relativas ao exercício/2022;
- facultou a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil Cosif, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução BCB n.º 2/2020 (art. 68).

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, quando aplicável, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Em 31 de Dezembro de 2022, o caixa e equivalentes de caixa da Consórcio era composto exclusivamente por suas disponibilidades (caixa).

b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, a atualização é realizada com liquidez diária até a data do vencimento com a taxa de juros atual/contratada e descontado o valor presente de acordo com a curva de juros futura em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido;

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a Consórcio tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (nota nº 10).

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

d) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição e a sua depreciação é calculada linearmente às taxas anuais de vida útil de 10% a 20%.

e) Intangível

Composto substancialmente de gastos logísticos demonstrados pelo custo e amortizados pelo método linear à taxa anual de vida útil de 20%.

f) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

h) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

i) Benefícios a empregados

O Consórcio opera com plano de pensão exclusivo, a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada. O plano é financiado por pagamentos proporcionais de acordo com os cálculos atualizados anualmente. O Consórcio tem apenas plano de contribuição definida.

O Consórcio faz contribuições para o plano privado, de forma contratual. O Consórcio não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes (Administradora)

Conforme definido pelo artigo 34 da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 define resultado não recorrente são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. A Consórcio não possui no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 resultados não recorrentes.

2.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes e perdas nos grupos de consórcio; (iii) créditos tributários; (iv) créditos de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira

Tipo de aplicação	Remuneração anual média - %	Valor Custo	Ajuste a Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Certificado de Depósito Bancário (CDB pós-ligadas)	13,28	76.628	(22)	76.606	69.340
Letras do Tesouro Nacional (LTN pós) (i)	10,57	4.460	-	4.460	22.475
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	10,44	79.515	(728)	78.787	34.415
Certificado de Depósito Bancário (CDB pré-ligada)	12,24	2.317	-	2.317	51.619
Total		<u>162.920</u>	<u>(750)</u>	<u>162.170</u>	<u>177.849</u>
Ativo circulante		<u>6.799</u>	<u>(70)</u>	<u>6.729</u>	<u>80.809</u>
Ativo não circulante		<u>156.121</u>	<u>(680)</u>	<u>155.441</u>	<u>97.040</u>

b) Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Títulos disponíveis para venda	<u>162.920</u>	<u>177.849</u>

Os títulos disponíveis para venda são representados por aplicações financeiras em títulos públicos federais e CDB com remuneração vinculada à variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com os seguintes vencimentos:

	Valor de mercado
A vencer em até 12 meses	6.799
A vencer acima de 12 meses	<u>155.371</u>
Total	<u>162.170</u>

4. OUTROS VALORES E BENS

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Despesa antecipada - Comissão (i)	39.399	-
Campanha de vendas (i)	<u>17.909</u>	-
Total	<u>57.308</u>	-

Diferimento Campanha e Comissão Circulante e Não Circulante

31 de dezembro de 2022

A diferir em até 12 meses	8.592
A diferir acima de 12 meses	<u>48.716</u>
Total	<u>57.308</u>

- (i) Valores pagos e ainda não levados a resultado em função da adoção em 1º de janeiro de 2022 da Resolução do Banco Central do Brasil nº 120, de 27 de julho de 2021 vinculada ao Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (CPC 47). As despesas de comissão e campanha de venda, as quais referem-se a valores pagos vinculados a cotas de consórcio, passaram a ser registradas como custos incrementais, nos termos do CPC 47, amortizáveis no decorrer do prazo do contratos.

5. OUTROS CRÉDITOS

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Adiantamentos e antecipações salariais	23	16
Pis e Cofins a Recuperar	7.367	-
Imposto de renda a Recuperar	1.694	1.342
Taxa de Administração a receber	-	31
Valores em Transito – Resgate de Aplicação Financeira	<u>1.754</u>	-
Total – Circulante	<u>10.838</u>	<u>1.389</u>

6. RECURSOS DE GRUPOS ENCERRADOS E RECURSOS PENDENTES DE RECEBIMENTO

Movimentação:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Valores pendentes de recebimento conta Ativa	-	23.692
Valores pendentes conta Passiva	-	23.692
Recursos de Grupos encerrados conta passiva	4.460	19.398

Representam os recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados, os quais são atualizados monetariamente e acrescidos dos recursos pendentes de recebimento em cobrança judicial, nos grupos encerrados. Sendo assim, seguindo as determinações da Carta-Circular BACEN nº 3.047/02 e Instrução normativo do Banco Central do Brasil nº 208 de 15 de dezembro de 2021, a Administradora possui em 31 de dezembro de 2022, os saldos de R\$4.460 em conta de passivo circulante e R\$ 24.725 em conta de compensação, (2021 - R\$19.398 de recursos não procurados, registrados como obrigações no passivo circulante) e R\$24.882 em conta de compensação (2021 - R\$23.692 conta ativa e passiva) referentes a recursos ainda pendentes de recebimento em cobrança judicial, os quais serão rateados aos grupos quando de seu recebimento efetivo, registrados no ativo e passivo não circulante.

7. PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Comissões a pagar	10.999	9.382
Gratificações a funcionários	719	580
Campanha de Vendas	11.076	6.658
Serviço técnico especializado	317	724
Valores a pagar - partes relacionadas	276	271
Outros	936	993
Total - Circulante	24.321	18.608

8. PROVISÕES

a) Composição

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<u>Passivo circulante</u>		
Provisões com férias	319	263
Provisão para perdas nos grupos de consórcio (i)	789	-
SubTotal	1.108	263
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<u>Passivo não circulante</u>		
Provisão para contingências (ii)	7.006	5.172
Provisão para perdas nos grupos de consórcio (i)	-	1.037
SubTotal	7.006	6.209
Total	8.114	6.472

- (i) Provisão para cobrir as responsabilidades da Administradora no encerramento de grupos em andamento. A provisão está alocada no passivo circulante pelo fato de que os grupos provisionados serão encerrados dentro do período de 12 meses.
- (ii) A natureza das obrigações refere-se, principalmente, a processos cíveis com discussões de itens contratuais, classificadas pela Administração como de risco de perda provável.

b) Movimentação no período

Perdas possíveis

	<u>Provisão para perdas nos grupos de consórcio</u>	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Outras provisões</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.037	5.172	263	6.472
Constituição (reversão) de provisão	(247)	1.834	56	1.643
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>790</u>	<u>7.006</u>	<u>319</u>	<u>8.115</u>

	<u>Provisão para perdas nos grupos de consórcio</u>	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Outras Provisões</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	394	6.694	206	7.294
Constituição (reversão) de provisão	1.234	(84)	57	1.207
Utilização de Provisão	<u>(591)</u>	<u>(1.438)</u>	<u>-</u>	<u>(2.029)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.037</u>	<u>5.172</u>	<u>263</u>	<u>6.472</u>

O Consórcio mantém um sistema de acompanhamento para os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso para os casos em que consta como ré e a probabilidade de êxito dos casos em que consta como parte autora. Os processos administrativos e judiciais são acompanhados continuamente por escritórios especializados e, se necessário, é realizada a reclassificação de risco. Os processos contingentes de natureza fiscal avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, em observância a Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

O Consórcio possui um pedido de compensação (Per/Dcomp) referente ao saldo negativo de IRPJ do ano de 2015, homologado parcialmente e em fase de manifestação de inconformidade envolvendo risco de perda classificado pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 582 mil.

9. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO A APROPRIAR

Representam valores correspondente a taxa de administração recebidos de consorciados e ainda não levados a resultado em decorrência da adoção, a partir de 1º de janeiro de 2022, da Resolução do Banco Central do Brasil nº 120, de 27 de julho de 2021, a qual determina a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (CPC 47). Em decorrência desse pronunciamento, as receitas de prestação dos serviços passaram a ser contabilizados pelo regime de competência, nos termos do item "9.e" do referido pronunciamento. O prazo médio de diferimento da receita, a qual leva em consideração o prazo das cotas, é de 63 meses e, do montante registrado em 31 de dezembro de 2022, R\$9.828 (Nove milhões, oitocentos e vinte e oito reais) será apropriado no curto prazo e R\$41.768 (Quarenta e um milhões, setecentos e sessenta e oito reais) no longo prazo.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, as transações realizadas pela Administradora com partes relacionadas compreendem aplicações de depósito a prazo, contratadas com taxas de mercado, e despesas administrativas referentes a contratos específicos de prestação de serviços.

	Títulos e valores mobiliários		Receitas financeiras		Despesas de prestação de serviços		Outros ativos (passivos)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Banco Volvo (Brasil) S.A.	78.924	120.959	9.703	4.551	(3.120)	(3.120)	(260)	(260)
Volvo do Brasil Veículos Ltda.	-	-	-	-	(267)	(233)	(16)	(11)
Dipesul Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(356)	(330)
Lapônia Sudeste Ltda.	-	-	-	-	-	-	(746)	(263)

A Consórcio não concedeu empréstimos ao Pessoal Chave da Administração no exercício.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social está dividido em 21.955.074 cotas com valor nominal unitário de R\$1,00 totalmente integralizado, sendo 21.955.073 cotas pertencentes ao Banco Volvo (Brasil) S.A.

O lucro líquido apurado em cada exercício é destinado de acordo com a deliberação dos cotistas representando a maioria do capital social, observadas as determinações legais pertinentes. Em 22 de fevereiro de 2022 os quotistas deliberaram, pela aprovação da distribuição de dividendos, à conta de Lucros Acumulados, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

12. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado antes da tributação	84.139	59.805
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(21.035)	(14.951)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota de 9%	(7.573)	(5.382)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Vigentes	(28.607)	(20.334)
Dedução Incentivos Fiscais	615	241
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27.992)	(20.093)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(26.044)	(21.059)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(1.948)	966

a) Tributos diferidos

Em 31 de dezembro a Administradora possuía as seguintes diferenças temporárias:

	<u>2022</u>	<u>Adição/exclusão</u>	<u>2021</u>
Passivos contingentes e perdas nos grupos de consorcio	7.795	1.586	6.209
Outras provisões	856	856	-
Provisão de comissão	7.282	592	6.690
Provisão de campanha	11.076	4.418	6.658
Outras Provisões Contas a Pagar	1.576	(178)	1.754
Participação nos lucros	364	62	302
Receita Diferida	51.596	51.596	-
Impostos Receita Diferida	(7.352)	(7.352)	-
Campanha e Comissão Diferidos	(57.308)	(57.308)	-
Total	<u>15.885</u>	<u>(5.728)</u>	<u>21.613</u>
Aliquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Tributos diferidos ativos	<u>5.401</u>	<u>(1.948)</u>	<u>7.348</u>

Provenientes principalmente de provisões contábeis temporariamente indedutíveis sobre os quais foram contabilizados créditos tributários ativos, no montante de R\$5.401 (2021 - R\$7.348).

A Administradora não possuía base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal para fins de imposto de renda em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

<u>Ano</u>	<u>Diferenças temporárias</u>
2023	6.992
2024	(178)
2025	(178)
2026	(1.235)
Total	<u>5.401</u>

b) Movimentação no período

	<u>Diferenças temporárias</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.348
Créditos tributários constituídos	4.186
Créditos tributários utilizados	(6.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>5.401</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.382
Créditos tributários constituídos	2.780
Créditos tributários utilizados	(1.814)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>7.348</u>

O valor presente dos créditos tributários de diferenças temporárias, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$5.401 (2021 - R\$7.234).

13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Despesas de comissões e campanhas (*)	5.151	6.381	53.844
Despesas de pessoal	1855	3.537	2.856
Despesas de prestação de serviços	2.797	5.364	4.833
Previdência social e complementar	398	775	650
Viagens	149	228	29
Processamento de dados	341	650	558
Propaganda e publicidade	674	1.557	1.106
Outros	1.323	1.966	1.357
Total	12.688	20.458	65.233

(*) Conforme mencionado na nota nº 2.2 h, as despesas de comissão e campanha de marketing, registradas como custos incrementais, nos termos do CPC 47, passaram a ser amortizáveis no decorrer do prazo do contrato.

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Referem-se, principalmente, à constituição de provisões para contingências e perdas nos grupos de consórcio no valor de R\$1.642 (2021 - R\$1.207).

15. RECURSOS DE CONSÓRCIOS

As demonstrações dos recursos de consórcios representam a consolidação das posições individualizadas de cada grupo e é mantida nos balancetes mensais da Administradora em contas de compensação. As principais rubricas são representadas por:

a) Aplicações financeiras

São os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, aplicados em títulos públicos atualizados até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de cada grupo, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo taxa de administração sobre os eles.

b) Recursos a devolver a consorciados

Correspondem aos valores atualizados a serem pagos aos consorciados desistentes, líquidos da taxa de administração retida pelo consórcio.

c) Recursos coletados

Representam os pagamentos das prestações feitos pelos grupos. O valor das prestações mensais é determinado com base no valor do bem, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração e do fundo de reserva.

O fundo de reserva destina-se, principalmente, à cobertura de eventuais insuficiências de caixa de cada grupo e é constituído com 0,30% a 1% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras das disponibilidades de cada grupo.

d) Recursos utilizados

Representam os desembolsos efetuados por conta dos grupos de consórcio com a aquisição de bens para os consorciados contemplados e para sua manutenção, inclusive a taxa de administração, a qual é cobrada dos participantes sobre as prestações mensais recebidas com taxas variáveis de 10,50% a 14,00%.

e) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundos comuns e de reserva) de consorciados. O montante foi calculado com base nos preços dos bens vigentes em 31 de dezembro de 2022. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições (fundos e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final de cada grupo. O saldo, em 31 de dezembro de 2022, está representado por contribuições devidas por 30 grupos (2021 - 33), correspondendo a 13.259 consorciados (2021 - 13.714).

f) Consorciados - bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens vigente no fim do período.

g) Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

h) Sumário das operações de consórcio de caminhões e ônibus

	Quantidade de grupos	Quantidade de cotas		Quantidade de cotas ativas		Cotas quitadas
		Contempladas	Não contempladas	Em dia	Inadimplentes	
2022	30	6.850	6.409	12.455	804	2.253
2021	33	7.310	6.404	12.810	904	2.712

Em 31 de dezembro de 2022, as prestações em atraso montam a R\$18.607 (2021 - R\$18.472) incluindo as ajuizadas.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Durante o semestre e o exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Consórcio não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

17. GESTÃO DE RISCOS

O Consórcio, instituição integrante da divisão Volvo Financial Services do Grupo Volvo, gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes globais e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoração de ameaças a que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis. Para o Grupo Volvo, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

O Consórcio é parte do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. o qual realiza periodicamente avaliação dos riscos de mercado, de crédito, liquidez e operacional, assim como possui estrutura de gerenciamento de riscos.

18. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

a) Fundo de pensão

A suplementação da aposentadoria dos funcionários está a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. O Consórcio, por ser um dos patrocinadores, é responsável pelas contribuições proporcionais definidas de acordo com os cálculos atualizados anualmente.

b) Planos de benefícios

A modalidade desse plano é contribuição definida na formação das reservas e também no pagamento da renda mensal a partir da aposentadoria. Apenas aos participantes admitidos pela patrocinadora até o dia 27/05/2011 e que tenham 55 anos de idade completos ou mais na data de eficácia da alteração do Plano (05/07/2021), há a opção por benefício definido no pagamento da renda mensal vitalícia a partir da aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administradora efetuou contribuições no montante de R\$67 (2021 - R\$55), referentes à contribuição normal e custeio administrativo.

c) Passivo atuarial

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais	(99.944)	(98.998)
Valor justo dos ativos	127.768	131.719
Superávit atuarial	<u>27.824</u>	<u>32.721</u>

Os ganhos identificados estão relacionados à rentabilidade dos ativos do plano - diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente, sendo assim considerados ganhos atuariais. Estes ganhos não são reconhecidos pela Consórcio, de acordo com o Pronunciamento CPC 33 - Benefícios a empregados.

d) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, no exercício findo em 31 de dezembro são as seguintes:

	2022	2021
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto	9,92% a.a. (inflação + 5,72%)	8,65% a.a. (inflação + 5,08%)
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	9,92% a.a. (inflação + 5,72%)	8,65% a.a. (inflação + 5,08%)
Crescimentos salariais futuros	N/A	N/A
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	3,97% a.a. (inflação + 0%)	3,40% a.a. (inflação + 0%)
Estimativa de inflação no longo prazo	3,97% a.a.	3,40% a.a.
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 segregada por sexo e suavizada em 40%	AT-2000 segregada por sexo e suavizada em 40%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 média suavizada em 20%	AT-2000 média suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	N/A	N/A

19. CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração avaliou a capacidade de a Consórcio continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência da Consórcio no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Plano de implementação da Resolução nº 219/2022

Conforme determina o artigo 67 da Resolução 219/2022, a Consórcio aprovou o plano de implementação de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação brasileira, considerando que a Consórcio já possui o modelo requerido para elaboração das demonstrações reportadas para seu controlador (IFRS 9). O Banco Central do Brasil ainda não divulgou as normas complementares à Resolução para um diagnóstico completo da adequação do modelo já existente. Portanto, o plano de implementação seguirá as seguintes fases:

(i) Revisão do modelo de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros que atualmente é utilizado pela Consórcio no reporte para a matriz em IFRS. Esta etapa irá contemplar um diagnóstico dos critérios do modelo já implementado, incluindo também os modelos de provisionamento e processos existentes na classificação de ativos problemáticos. Esta etapa será concluída até dezembro/2023.

(ii) Caso identificado alguma inconformidade no modelo existente, serão implementados ajustes no processo e nos sistemas de avaliação para que o modelo tenha aderência ao normativo. Esta etapa será concluída até dezembro/2024.

(iii) Adoção da metodologia nas demonstrações financeiras divulgadas no Brasil a partir de janeiro/2025.

MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA

DIRETOR-PRESIDENTE

Carlos Eduardo Modeli Ribeiro

DIRETORES

Edsel Guidi Filho

Felipe Brandão

Henrique Ferreira Borges

CONTADOR

Anderson Lodovico

CRC PR 045454/O